

# Credibilidade é fundamental

o GLOBO

ARTHUR ANTÔNIO SENDAS

\* 8 FEV 1990

O País vive a expectativa de um novo Governo, a partir de 15 de março, e apesar da angustiante incerteza derivada de uma inflação despropositada, as esperanças, sem dúvida, da maioria dos demais eleitores quer que o novo Governo seja bom.

Os assessores do Presidente eleito trabalham intensamente para oferecer as alternativas que lhes parecem adequadas para que as soluções sejam sempre as melhores possíveis. As medidas que, efetivamente, o novo Governo irá adotar serão objeto de avaliação daqui até 15 de março. Parece oportuno, pois, que cada um a seu modo tente colaborar. Não vamos oferecer um plano detalhado de governo, mas gostaríamos de sugerir, àqueles que terão responsabilidade mais direta na administração do País, que procurem sempre, em cada medida cogitada, responder se:

- É eticamente correta.
- Não fere o bom senso.
- Ajuda ao desenvolvimento do País.

Porque, no entusiasmo de encontrar fórmula para solucionar os problemas nacionais, corre-se o risco de esquecer questões simples, mas fundamentais, como as mencionadas. Assim, pode-se provocar resultados indesejados, mesmo com a melhor das intenções. A equipe do Presidente Fernando Collor tem dito, por exemplo, que não pretende o calote na dívida interna nem o congelamento de preços. Os brasileiros já foram iludidos com afirmações desse tipo e ficam na dúvida se confiam ou não no que estão ouvindo.

Sobre esses dois pontos, acreditamos que, se prevalecer a ética e o bom senso, de fato não vamos ter nem calote nem congelamento. O calote sobre os detentores de títulos do Governo seria mortal para a credibilidade da nova administração, pois é inaceitável do ponto-de-vista ético e nada soluciona. O Governo enfrenta desequilíbrios financeiros porque gastou mal os recursos arrecadados, promoveu o empreguismo, realizou investimentos equivocados, distribuiu benesses e acabou se dividindo.

A dívida ainda se encontra em nível administrável, mas se ao invés de combater o que está errado, o Governo optar pelo calote a seus credores, perderá a credibili-

dade. Mesmo que, simultaneamente, se pensasse em adotar medidas corretas, um calote seria o suficiente para acabar com a confiança. O exemplo argentino está aí para não ser seguido. A credibilidade do Governo é mais importante que qualquer cifra.

O mesmo se passa quanto ao congelamento. Tem-se dito que ele está fora de cogitação. Vamos supor que o novo Governo brasileiro, contrariando as declarações, anuncie um congelamento de preços no primeiro dia de trabalho. Como ficará sua credibilidade? Independentemente de perguntar se o congelamento funciona ou não, a preservação da credibilidade do Governo que assume o poder a 15 de março nos parece essencial.

Outra medida especulada pela imprensa é a idéia de distribuir uma cesta básica de alimentos aos pobres. A intenção pode ser boa, mas seria realmente uma medida de bom senso? Será tão relevante assim? A população mais humilde quer "ganhar" uma cesta básica do Governo ou, simplesmente, quer ter melhores condições para ganhar a vida condignamente? Como seria operacionalizada a distribuição? Parece-nos, enfim, medida que pode gerar despesas, corrupção, desgaste para o Governo, e produzir pouco resultado prático.

Por isso acreditamos que o único choque que poderá realmente ajudar será o choque de credibilidade, como tem dado a entender a economista Zélia Cardoso de Mello. Mas credibilidade se conquista dia-a-dia. O primeiro passo para isso seria confirmar já nos primeiros dias que se pretende fazer um Governo sério, portanto sem calotes ou congelamento. No primeiro dia, muitas propostas e promessas poderão ser feitas. Mas o que vai decidir a sorte do Governo e do País será a ação no segundo dia, no terceiro dia, no quarto dia — enfim, em cada dia da administração. Será fundamental que, a cada dia, os brasileiros percebam que o Governo está colocando em prática medidas coerentes, que efetivamente contribuíram para combater a inflação, estimular os investimentos, aumentar a eficiência, reduzir as injustiças sociais.

Não é difícil distinguir medidas corretas de sugestões insensatas. Quem tem a res-

ponsabilidade maior está sempre sujeito a receber sugestões que, levadas à prática, resultam desastrosas. Mas os problemas fundamentais deste país são bastante conhecidos. É relativamente fácil, portanto, perceber o que é correto, na hora de tomar decisões. Se apenas os problemas mais óbvios forem atacados com determinação, já se poderá fazer um grande Governo. Por isto, não vale a pena arriscar toda a credibilidade em medidas bombásticas, eticamente inaceitáveis e de duvidosa eficácia.

O País está cansado de soluções milagrosas, elaboradas em laboratórios acadêmicos. Não seria o início de um novo Governo uma boa oportunidade para se passar a acreditar em medidas sensatas e esquecer as sensacionalistas? Parece-nos sensato, por exemplo, atacar as causas da inflação e deixar em segundo plano as preocupações com seus efeitos. As causas da inflação são conhecidas, as mais óbvias sendo as despesas administrativas com uma pesada estrutura do setor público, os subsídios injustificáveis, os investimentos não-prioritários. Indexação é uma consequência natural da inflação, e como tal deve ser encarada. Assim, desindexar pode ajudar, mas não nos parece um elemento essencial de um programa de combate à inflação. Se o Governo atacar, sem tréguas, as verdadeiras causas da inflação, não teremos dúvida de que esta será controlada. É questão de tempo. Se as verdadeiras causas forem removidas, a confiança no futuro do País será restabelecida, os investimentos serão estimulados, os capitais externos voltarão a se interessar pelo Brasil e a dívida externa poderá ser mais bem negociada.

Se a cada dia o Governo adotar medidas sensatas, sua credibilidade será crescente e as dificuldades iniciais poderão ser superadas. Se a opção for por medidas bombásticas, com objetivos excessivamente ambiciosos, a curto prazo, corre-se o risco da perda de credibilidade, o que poderá ser fatal.